

## **Veja quanto você pode economizar com a isenção de IR se o Senado aprovar a nova Lei**

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou na segunda-feira (27) uma calculadora para te ajudar a ver o quanto cada trabalhador e trabalhadora vai economizar se o Senado aprovar a nova lei do Imposto de Renda proposta pelo presidente Lula. A calculadora pode ser acessada em nossa página na Internet.

O Projeto de Lei 1087/2025, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, prevê a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, e a redução gradual da alíquota para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350.

Também há a previsão de tributação de lucros e dividendos na fonte (para distribuições superiores a R\$ 50 mil) e a criação de um "imposto mínimo" de até 10% para pessoas de alta renda (superior a R\$ 600 mil por ano), para compensar a renúncia fiscal que haverá com a isenção para trabalhadores com rendas menores.

A estimativa do Ministério da Fazenda é que somente 141,4 mil contribuintes (0,13% do total) passem a contribuir com uma alíquota mínima. Esse pequeno grupo é composto por pessoas que recebem mais de R\$ 600 mil por ano e que atualmente não contribuem, ou contribuem com uma alíquota menor do que 10% sobre sua renda. "Esses contribuintes pagam atualmente uma alíquota efetiva média de apenas 2,54%", informou o Ministério da Fazenda.

"Os deputados aprovaram este projeto somente depois de grandes manifestações populares, que impediram a aprovação da chamada 'PEC da Bandidagem' e forçaram a aprovação do IR para os trabalhadores, conforme previa a proposta do Lula. Temos que manter essa pressão para que o Senado aprove rapidamente o projeto, para que já em 2026 os trabalhadores possam ser beneficiados", disse o secretário de Relações do Trabalho e responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional das pautas de interesse da classe trabalhadora, Jeferson Meira.

"A isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil é uma reivindicação do movimento sindical, que foi assumida pelo presidente Lula durante sua campanha eleitoral, que, se aprovada pelo Congresso Nacional, vai beneficiar milhões de trabalhadores", disse o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtali. "Mas precisamos estar atentos para que haja a tributação das altas rendas, para que se mantenha a arrecadação, que é o que permite ao governo a execução de políticas públicas que beneficiam a população", alertou.

O PL 1087/2025 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sob a relatoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que apoia a iniciativa do governo por beneficiar diretamente mais de 25 milhões de pessoas e a economia do país.